



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO
Avenida Presidente Vargas, nº62 - CEP 20091-060 - Rio de Janeiro - RJ - www.dpu.gov.br

RECOMENDAÇÃO Nº 3691904 - DPU RJ/GABDPC RJ/1DRDH RJ



RECOMENDAÇÃO Nº 1/2020 – DPGU/GTPE DPGU

CONSIDERANDO os direitos fundamentais de livre exercício do direito de reunião e a prática legítima da liberdade de expressão, constitucionalmente garantidos, restando vedada qualquer restrição sobre a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, nos termos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as recentes manifestações antirracistas realizadas nas últimas semanas em diversas cidades do Brasil, que protestam em face da violência policial e do racismo estrutural que acentuam a vulnerabilidade e mortalidade de pessoas negras durante uma crise pandêmica internacional;

CONSIDERANDO a tônica de hostilidade por parte dos procedimentos policiais nessas manifestações, desde policiamento desproporcional ao número de presentes até situações de violenta repressão, incluindo bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo para a dispersão de manifestantes;

CONSIDERANDO o uso artificioso da detenção nas manifestações antirracistas, culminando em prisões indevidas, quando as diretrizes policiais deveriam orientar a garantia de segurança da manifestação, priorizando a sua continuidade de forma pacífica e evitando confrontos;

CONSIDERANDO a atuação policial padrão de inspeção e revista dos manifestantes dos atos antirracistas, em que pese o art. 244 do Código de Processo Penal disponha sobre a prescindibilidade de mandado somente diante de fundada suspeita de posse de arma proibida ou objetos que constituam corpo de delito e que a padronização de procedimento de busca pessoal em protestos, ela não pode ser direcionada de forma discriminatória apenas aos participantes das manifestações antirracistas;

CONSIDERANDO o frequente contraste do comportamento policial entre o acompanhamento das manifestações antirracistas e as autointituladas “manifestações pró-governo”, estas com frequente apelo antidemocrático;

CONSIDERANDO o dever policial de postura não ostensiva indiscriminada, ou seja, a todos os grupos manifestantes, no sentido de não significar ameaça à livre participação e manifestação, da necessidade de se dedicar olhar de proteção sobre as pessoas participantes, observando criteriosamente eventuais atos de

vandalismo, evitando ação ostensiva ou agressiva generalizada que apenas sirva à dispersão das manifestações;

A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por meio do **Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais**, pelos Defensores Públicos Federais integrantes que ao final subscrevem, e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por meio do **Núcleo de Defesa de Direitos Humanos**, com fundamento no art. 44, inciso X, e 128, X, da Lei Complementar nº 80/94, vem **RECOMENDAR SEJAM ADOTADAS PELAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM A MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL, TODAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS E SUFICIENTES A FIM DE EVITAR CONFRONTOS E PROCEDIMENTOS POLICIAIS DESPROPORCIONAIS EM MANIFESTAÇÕES ANTIRRACISTAS, DE MODO A GARANTIR O LIVRE PROTESTO DE FORMA PACÍFICA**, em especial:

- a)** sejam estabelecidos critérios e diretrizes rigorosos para intervenção policial nas manifestações com a disciplina do uso restrito de instrumentos ofensivos de dispersão, como bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, inclusive realizando atos de comunicação pública e prévia de tais critérios;
- b)** sejam estabelecidos previamente objetos vedados de serem portados nos atos de manifestação como forma de evitar risco à segurança dos manifestantes, com ampla, prévia e devida publicação;
- c)** sejam estabelecidas diretrizes de busca pessoal na forma do art. 244 do Código de Processo Penal, de modo a evitar tratamento discriminatório dos manifestantes;
- d)** seja revista a postura de policiais infiltrados a paisana caracterizados como manifestantes no sentido de criar flagrantes, tendo em vista que tal prática gera ainda maiores tensionamentos;
- e)** sejam estabelecidas diretrizes de distanciamento policial seguro dos atos para que os participantes não se sintam intimidados e ainda para que se permita a participação em observância aos critérios de distanciamento social em meio à conjuntura pandêmica;
- f)** não seja vedado o acesso a espaços públicos amplos e próprios para a manifestação de forma segura e que permitam o exercício da manifestação com distanciamento social, de modo a evitar tumultos e aglomerações;
- g)** em caso de detenções, seja recomendada a gravação por meio de equipamento eletrônico pessoal dos agentes policiais do ato de detenção e de forma permitir a aferição da lisura da ação policial;
- h)** que nenhum ato de revista ou busca pessoal seja realizado de forma agressiva ou constrangedora aos detidos como suspeitos de atos delituosos com uso desproporcional da força, sendo previamente especificadas as ações de contenção permitidas, com a criação de protocolos escritos para a realização de tais práticas;
- i)** que tão logo haja a apresentação dos suspeitos de atos delituosos à autoridade policial civil seja a Defensoria Pública Estadual comunicada para exercício da ampla defesa, inclusive por meio da firmação de parceria de atuação com uso de videoconferência;
- j)** que os exames de corpo de delito sejam realizados de maneira célere e igualmente encaminhados aos defensores públicos estaduais;

k) que diante de possível tumulto em razão das condicionantes locais seja destacado grupo estratégico da força policial para empreender diálogo respeitoso com os manifestantes e lideranças dos atos;

l) seja vedada a interpretação pelos agentes policiais de atos orais como atos de hostilidade ou de possível delito, ressalvada a hipótese de apologia ao crime, nos termos do art. 287 do Código Penal e que neste caso deve ser priorizado o ato de advertência e empreendido ato de contenção de maneira isonômica entre manifestações antirracistas e as chamadas manifestações “pró-governo”;

m) Caso manifestantes venham destruir objetos de sua propriedade e em caráter simbólico, devem os agentes de segurança alertar para que tal fato seja feito de forma segura, cientificando os mesmos dos riscos que tal prática representa, velando-se em primeiro lugar pela segurança dos presentes;

n) que os atos de policiamento sejam planejados de forma a evitar a concentração de manifestantes de objetivos antagônicos em espaços próximos aptos a resultar em tumultos e confrontos.

Nessa oportunidade, vem ainda **REQUISITAR**:

1) as estatísticas de detenções e ocorrências em protestos pró-governo, pró-democracia e antirracistas, para a devida análise comparativa;

2) informações sobre manuais e normas dos atuais critérios de abordagem padrão para busca pessoal e dos exclusivamente direcionados às manifestações e protestos, para a devida análise de conformação legal e constitucional;

Ressalte-se, por fim, que o art. 44, inciso X da LC 80/94 assegura ao membro da Defensoria Pública: “*X – requisitar de autoridade pública e de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições*”.

Diante do exposto, solicita-se que a resposta seja enviada no prazo de até 72 (setenta e duas horas), por meio exclusivamente eletrônico, ao endereço de e-mail gtpe@dpu.def.br.

Permanecemos plenamente à disposição para quaisquer esclarecimentos ulteriores que se façam necessários e renovamos os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Em 9 de junho de 2020.

RITA CRISTINA DE OLIVEIRA

Defensora Pública Federal

Coordenadora nacional do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

YURI MICHAEL COSTA

Defensor Público Federal

Membro do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

LAURA LUCIA PEREIRA FERRAREZ

Defensora Pública Federal

Membro do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

THALES ARCOVERDE TREIGER

Defensor Público Federal

Membro do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

MARIANA MENDES LOMEU

Defensora Pública Federal

Membro do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

WAGNER WILLE NASCIMENTO VAZ

Defensor Público Federal

Colaborador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

LUÍS FELIPE FERREIRA CAVALCANTE

Defensor Público Federal

Colaborador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

FRED OLIVEIRA SILVEIRA

Defensor Público Federal

Colaborador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da DPU

HUGO FERNANDES MATIAS

Defensor Público do Estado do Espírito Santo

Coordenador de Direitos Humanos da DPES



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **3691904** e o
código CRC **CFBF709F**.

08175.000004/2020-50

3691904v9